

# economia

## Cenário impulsiona projeto de mineração de ouro no RS

Metade Sul começa a ver empreendimentos do segmento saírem do papel

### / INDÚSTRIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

A recente inauguração da operação da Águia Fertilizantes, envolvendo o aproveitamento de fosfato, em Caçapava do Sul e Lavras do Sul, foi um “abrir a porteira” para a mineração no Estado, como consideraram vários empreendedores presentes na cerimônia realizada pela empresa para marcar o início da operação.

Entre esses agentes está a companhia Lavras do Sul Mineração, que pretende começar em 2029 sua operação com ouro no município de Lavras do Sul.

O coordenador de Assuntos

Institucionais e Requisitos Legais da empresa, Nilson Tôres Dornelles, lembra que após o fechamento em 1996 das minas do Camaquã, que trabalhavam com cobre em Caçapava do Sul, o Rio Grande do Sul não teve mais uma mineração de maior porte na região. “Então, a Águia rompe esse processo e inicia uma nova fase, que se espera que gere uma boa repercussão em outros projetos”, destaca Dornelles.

Ele ressalta que as pesquisas sobre o potencial de ouro em Lavras do Sul apontam bons resultados até agora e frisa que, concretizado o empreendimento, será a primeira extração de ouro de forma industrial no Estado. O diretor da Lavras do Sul Mineração, Paulo Serpa, acrescenta que já chega

a R\$ 280 milhões o investimento na iniciativa, sendo a maior parte do dinheiro aportado em pesquisa mineral. Ele salienta ainda que, desde setembro do ano passado, a empresa está trabalhando na elaboração do seu Estudo de Impacto Ambiental (Eia) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima). A meta, segundo o dirigente, é concluir o levantamento no segundo semestre de 2026.

De acordo com Serpa, foram contratadas oito empresas de consultoria para realizar o serviço. Ele calcula que a implantação do complexo como um todo, com construção da planta de beneficiamento e desenvolvimento da mina, deve absorver cerca de US\$ 250 milhões. Ele estima que



TÂNIA MEINERZ/JC

Dirigentes da Lavras do Sul Mineração estimam extair ouro a partir de 2029

serão gerados em torno de 850 postos de trabalho diretos na operação do empreendimento.

Já quanto aos impactos ambientais da extração de ouro, a turismóloga Fernanda Carvalho, que coordena os trabalhos socioambientais da Lavras do Sul Mineração, considera que é possível alcançar uma coexistência da atividade com a agricultura e a pecuária. “Porque se temos riquezas em cima, também temos riquezas nos subsolos e precisamos aproveitá-las”, defende. Em Lavras do

Sul, a empresa já está desenvolvendo o chamado Projeto Viver. O engenheiro ambiental e sanitário Davi Oliveira Olivar explica que o trabalho começou com a ideia de um viveiro de mudas nativas para fazer doações para a cidade, porém se percebeu que a pauta ambiental tem mais espaços que podem ser aproveitados. “Então, a gente começou a receber visitas escolares no viveiro, para falar sobre desenvolvimento sustentável, sobre mineração e o bioma Pampa, de forma geral”, frisa Olivar.

### A PEDIDO

#### MANIFESTO PELA DEFESA DA SEGURANÇA JURÍDICA E PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO SUL

As entidades representativas da cadeia de base florestal do Rio Grande do Sul - **Agaflor, Ageflor, Movergs, Sindimadeira-RS e Sinpasul** - manifestam preocupação com os efeitos institucionais, econômicos e sociais decorrentes da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal envolvendo o processo de licenciamento ambiental do **Projeto Natureza, da CMPC, em Barra do Ribeiro**.

O tema vai além de um único empreendimento. **Envolve segurança jurídica, confiança institucional, geração de empregos, desenvolvimento regional e a capacidade do Rio Grande do Sul de atrair investimentos sustentáveis**. A cadeia de base florestal tem papel estratégico na economia gaúcha, gerando empregos, renda e oportunidades em dezenas de municípios.

O Rio Grande do Sul possui uma das estruturas regulatórias ambientais mais rigorosas e burocráticas do país. **As empresas do setor seguem elevados padrões de governança e sustentabilidade, amparados por certificações internacionais, como garantia e reconhecimento da responsabilidade social, ambiental e econômica**.

Defender direitos de comunidades tradicionais é legítimo e indispensável. **O setor produtivo reconhece a importância do diálogo, da transparência e do respeito às garantias constitucionais**. No entanto, preocupa a tentativa de desconsiderar aspectos técnicos já avaliados pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento, ampliando a insegurança e a imprevisibilidade para investimentos no Estado.

**Está se criando um cenário de insegurança permanente**, onde empreendimentos submetidos a extensos estudos técnicos, exigências regulatórias em conformidade com padrões internacionais continuem sujeitos a interpretações particulares, a sucessiva ampliação de condicionantes e da área de influência e, a interpretações que extrapolam critérios científicos consolidados e previstos na regulamentação já existente.

Causa estranheza e preocupação especial, na inédita ação movida, a **reintrodução de argumentos associados a tecnologias e cenários ambientais já amplamente superados** pela evolução científica internacional nas últimas décadas. O MPF utiliza em sua proposição uma série de argumentos obsoletos, sem a devida fundamentação técnica ou científica, desconexos com a realidade e com os fatos.

O setor de celulose opera sob padrões ambientais com **rigoroso controle sobre as emissões, sobre o tratamento de efluentes, sobre o monitoramento ambiental permanente** e fiscalização dos órgãos competentes.

**A CMPC é referência internacional em gestão ambiental, reaproveitamento de resíduos, logística de baixo carbono, pesquisa genética florestal, conservação de corredores ecológicos e monitoramento de microbacias**. Tais conquistas são resultado de uma combinação entre ciência, tecnologia e investimento. Por três anos consecutivos, a **CMPC** foi reconhecida como a **empresa florestal e de papel mais sustentável do mundo** pelo prestigiado índice *Dow Jones Best-in-Class Index (DJBCI / Dow Jones Sustainability Index)*.

A experiência mostra que a falta de segurança jurídica afasta investimentos e reduz oportunidades de desenvolvimento. **Enquanto o Rio Grande do Sul amplia incertezas e insegurança jurídica, outros estados e países consolidam ambientes mais seguros e previsíveis para investimentos sustentáveis**. Guardadas as devidas proporções, infelizmente, o Rio Grande do Sul, num passado não muito distante, já viu os investimentos da Votorantim e Stora Enso trocarem o nosso estado por Mato Grosso do Sul e Uruguai, respectivamente, em busca de segurança jurídica e ambientes institucionais mais estáveis.

O momento exige responsabilidade institucional. **Nenhuma sociedade moderna constrói desenvolvimento sustentável desacreditando permanentemente seus próprios órgãos técnicos**, ampliando indefinidamente zonas de conflito regulatório ou transmitindo ao mundo a percepção de que cumprir a legislação talvez já não seja suficiente para investir.

O Rio Grande do Sul precisa decidir se deseja **liderar a nova economia de base florestal - estratégica para a transição energética, descarbonização e bioeconomia global** - ou se continuará assistindo investimentos, empregos, inovação e arrecadação migrarem para outras regiões e países.